



A PRÁTICA DE ENSINO NO ÂMBITO DO AEE

Keline Mayra de Santana; Claudia Danielle Oliveira de Lima; Rosiane Francisco da
Silva

kelinemayra1@hotmail.com; danielleoliveira_al@hotmail.com ; roseastral@hotmail.com

Resumo: A Escola Municipal de Educação Básica Maria Lopes Bertoldo da cidade de Jequiá da Praia-AL, participou do programa implantação de salas de recursos multifuncionais onde foi contemplada com uma sala tipo 1 que possui os seguintes itens: dois computadores, dois estabilizadores, uma impressora multifuncional, um teclado com colmeia, um mouse com entrada para acionador, um acionador de pressão, dois notebook, um software para comunicação aumentativa e alternativa, uma bandinha rítmica, um dominó de associação de ideias, um material dourado, dois tapetes alfabético encaixado, um esquema corporal, uma memória de numerais, um sacolão criativo, um quebra cabeças superpostos - sequência lógica, um alfabeto móvel e sílabas, uma caixa tátil, um kit de lupas manuais alfabeto braille, um dominó tátil, uma memória tátil, um plano inclinado – suporte para livro, uma mesa redonda, duas mesas para computador, uma mesa para impressora, armário de aço e quadro branco. Esses materiais compõem a sala de recurso desta escola que atende oito alunos em dois turnos e é conduzida por uma profissional pedagoga e especialista em educação especial e inclusiva.

Vivências e desafios na sala de AEE

As vivências na sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE, ocorreram na Escola Municipal de Educação Básica da Cidade de Jequiá da Praia-AL, durante o período em sala foi possível realizar ações direcionadas, bem como propostas para o bom desempenho dos alunos em sala regular, em contrapartida foi importante perceber o quanto tais ações necessitam de conhecimentos direcionados a proposta do AEE e esses muitas vezes são grandes desafios para o educador em questão.

O ambiente multifuncional não existia no contexto da escola, e novas propostas foram surgindo, a ideia de adequar uma sala, o mobiliário, equipamentos, adaptações de jogos e atividades pedagógicas foram sendo estabelecidas. Percebemos ainda que o ambiente não está totalmente equipado, mas existe o desejo em torná-lo cada vez propício para o público alvo do AEE.

Há a necessidade de se realizar um trabalho sistemático de observação das crianças para, em função delas, proceder-se à organização do espaço. Se o (a) professor (a) souber observar e intervir a partir da lógica da atividade lúdica infantil, descobrirá explorações possíveis, para se obter melhor aproveitamento do brincar como mediador das brincadeiras livres e da atividade escolar.(BATTISTEL, 2012,P.143)

Segundo, (Battistel, 2012), não é demais lembrar que a aprendizagem da criança será facilitada pelo uso de atividades lúdicas e significativas para ela e que o uso de tecnologias assistivas é imprescindível.

Tecnologia Assistiva é toda e qualquer ferramenta, recurso ou processo utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência, qualidade de vida, inclusão social e autonomia à pessoa com deficiência ou dificuldades. Consideram-se TA desde artefatos simples, como uma colher adaptada, ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade.

Como se pode notar, “[...] a aplicação da Tecnologia Assistiva na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a ‘fazer’ tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno ‘ser’ e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento” (BERSCH, 2006, p.92). Assim, no contexto educacional, a TA abre novos horizontes no processo de aprendizagem.

Uma experiência exitosa no âmbito do AEE

Assim foi desenvolvido um plano de AEE na sala de recurso multifuncional na escola regular do município de jequia da praia-al para uma aluna com síndrome de down, onde nesse plano eram contidas atividades que contemplassem uma gama de tarefas que trabalhassem as diversas áreas do conhecimento da aluna em questão.

Crianças com síndrome de down têm um enorme potencial. Elas só precisam de um pouco mais de estímulo para aprimorar as suas habilidades. Por isso a importância das atividades lúdicas.

Visto que o professor do AEE identifica as necessidades e habilidades desse aluno e amplia as dimensões que interferem na aprendizagem do mesmo. Brincadeira e jogos pedagógicos são ótimos para facilitar o aprendizado, já que eles ajudam a criança a se expressar e interpretar situações.

Foi feito um trabalho de escrita do próprio nome com a aluna, que apresentava uma dificuldade significativa na escrita. Foram apresentadas varias estratégias de escrita e mesmo assim não conseguia desenvolver a escrita do seu próprio nome. A repetição é importante nas atividades de alfabetização para crianças com síndrome de dawn, pois ajuda a fixar o aprendizado.

Selecionado alguns materiais, foi construído um recurso de baixo custo, com uma caixinha de fósforo, uma foto 3x4 e um alfabeto móvel, que foi possível montar um

material acessível e facilitador para escrita do próprio nome. Nesse processo percebe-se que a referida aluna tinha facilidade em aprender através da memória visual, daí a estimulação essencial para ser desenvolvida sua escrita, relacionando a imagem a escrita. A interação com imagens amplia a capacidade de aprender, de apreensão de conceitos e é capaz de despertar a criatividade.

O material de baixo custo foi dado o nome de caixinha nominal, confeccionada pela própria aluna com ajuda de sua professora. Virou um prazeroso instrumento de trabalho que facilitou sua escrita, diferenciando da tradicional ficha nominal, nessa além de conter as letras que formam seu próprio nome também contia sua própria imagem, dando uma significância e personalidade própria com uma criatividade única.

Em cima da caixinha foi colada a foto da menina e dentro estavam as letras que compoem seu próprio nome. Com esse material foi possível realizar a escrita do seu nome nas atividades apresentadas no âmbito do AEE, e levada para sala de aula regular pra também ser utilizada da mesma forma. Através dessa caixinha também foi possível trabalhar a escrita, coordenação motora fina e grossa, alto imagem, conhecer a si mesmo, respeitar a própria identidade, promover sua autoestima e autoconfiança e uma gama de outras atividades foram criadas através dela. Foi propicio ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação oral e escrita.

Junto com as figuras ou fotos, emprega-se também a oralidade de maneira clara e objetiva. SARTORETTO E BERSCH (2010, p.25) entendem que, “[...] qualquer que seja a fonte para a obtenção de símbolos gráficos, é importante que a escolha desse símbolo seja feita com o usuário, ou confirmada por ele, e a partir de então, seja padronizada”.

Sabemos hoje, a partir dos pressuposto Vygotskyanos, que precisamos e devemos utilizar recursos pedagógicos, variados para a realização das atividades pedagógicas, respeitando, sempre, as especificidades individuais de nossos alunos e utilizando o material concreto.

Vygotsky nos fala que quando não conseguimos realizar sozinho determinada tarefa, mas faço com ajuda de outros, demonstro que meu nível de desenvolvimento proximal já apresenta aspectos, noções e conceitos acerca da aprendizagem. Portanto, o nível de desenvolvimento mental de um aluno não pode ser determinado apenas pelo que consegue produzir de forma independente, é necessário conhecer o que ele consegue realizar com a ajuda de outras pessoas.

Com isso, também cabe aos educadores o desejo da busca por novas formas de adaptar os conhecimentos propiciando uma ampla visão o olhar diferenciado para esse aluno e propostas de um ambiente inclusivo e adequando a cada demanda dentro da sala de AEE.

Conforme cita Prieto (2008, p.42-43) à medida que as soluções vão sendo estruturadas para enfrentar as barreiras impostas à aprendizagem dos alunos, barreiras essas que sempre existirão porque haverá novos ingressantes e, mesmo os alunos já existentes trarão sempre desafios cujas as respostas atuais podem não ser suficientes.

Batista e Mantoan (2005,p.26) revelam a importância desse atendimento, quando afirma que: O atendimento educacional especializado garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim, tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos, apresentam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aula comum do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.

Referências

BERSCH, R. Atendimento educacional especializado: formação continuada de professores para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC/SEESP/SEED, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf. Acesso em: 17 set. 2016.

FRIEDMANN, Adriana. Brincar, crescer e aprender- o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996

_____. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2008. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Bersch.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: M. T. E. MANTOAN; R. G. PIETRO (orgs.) Inclusão escolar: portos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MOTTA, M.P.; TAKATORI, M. A assistência em terapia ocupacional sob a perspectiva do desenvolvimento da criança. In: CARLO, M.M.R.P.; BARTALOTTI,

C.C. Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus Editora. 2001.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: Acesso em: 21 set. 2016.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorin. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. p. 31 – 73

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. S.P.: Martins Fontes Editora, 1991.

anexo

